

HISTÓRICO OCUPACIONAL DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE E PORTO ALEGRE DO NORTE – MT¹

Cléia Santos do Nascimento Pinto

Elisângela Alves Ferreira

Gilvânia Pereira Ramos Mendes

Tiago Aparecido de Melo Campos²

Resumo: Objetivou-se com esta pesquisa, conhecer o processo de ocupação e distribuição de terras no município de Porto Alegre do Norte e Canabrava do Norte – MT, onde através de distintas literaturas, relatos e documentos, pôde-se perceber a intensificação dos conflitos pela terra, devido à visão capitalista e as iniciativas governamentais que almejava a ocupação de demais áreas do estado e concomitantemente a contribuição econômica para o país. Relatos de moradores de ambas as cidades retratam os maus tratos, a agressão e a potencialidade oportunista do estado que nega a existência de trabalhadores nestas terras. A luta por seus direitos iniciou-se com a interação da Prelazia de São Félix do Araguaia, sendo forte aliada dos pequenos proprietários.

Palavras chaves: terra, vida, luta, conquista

Abstract: The objective is to this research project, knowing the process of occupation and distribution of land in the municipality of Oporto Cheers North and North Canabrava - MT, which through different literature, reports and documents, was able to understand the intensification of conflicts the earth, due to the vision and the capitalist government initiatives almejava the occupation of other areas of the state and the concomitant economic contribution to the country. Accounts from residents of both cities portray the abuse, aggression and potential opportunistic of the state that denies the existence of workers in these lands. The fight for their rights began with the interaction of Prelazia are happy to do Araguaia, and strong ally of small landowners. The union organisation and the group were also essential in seeking the common good.

Wordskeys: earth, life, struggle, conquest

¹ Artigo apresentado na disciplina “Ocupação Agrária no Médio Araguaia”, ministrada pela professora Ms Lisanil C. Patrocínio, como requisito parcial de avaliação.

² Acadêmicos (as) do curso de Especialização “Educação e Desenvolvimento Regional: Natureza e Sociedade no Médio Araguaia”, do Campus da UNEMAT – Luciara-MT.

Introdução

A ocupação de terras no Brasil, segundo o processo histórico, ocorreu de forma conflitante desde o período colonial, regulamentando-se no decorrer do tempo a apropriação desordenada de terras. No Estado de Mato Grosso, mais precisamente na região do Médio Araguaia não foi diferente, seguindo constitutivamente nossa formação social.

O Brasil possui atualmente cerca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados de florestas, ocupando o terceiro lugar na lista com maior área florestal densa do mundo, perdendo apenas para Rússia e Canadá. Mas o futuro da Amazônia não será definido apenas por sua importância sócioambiental e por seus potenciais. As ameaças de degradação avançam em ritmo acelerado. Os dados oficiais elaborados pelo INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais) sobre o desmatamento na região, mostra que é exatamente alto e está crescendo (MORENO, 2005)

Por outro lado, a expansão da soja sobre áreas do cerrado e floresta na Amazônia pode constituir séria ameaça se não forem dotadas medidas de ordenamento ambientais. Ameaças essas vêm aumentando devido perfil dos madeireiros e produtores de soja, aqueles que coordenam e fazem a acumulação de capital neste setor faz o diagnóstico geral do empreendimento na economia nacional e internacional, proporcionada pela extração de recursos naturais da floresta tropical (PICOLI, 2004).

A ocupação da Amazônia Brasileira tem sido, desde o período da colonização um processo delicado, resultando numa relação de força na geral esmagam os mais fracos, principalmente os indígenas. No século XX, o processo de povoamento da Amazônia reproduz, evidentemente sob escalas diferenciadas, a violação dos direitos e da cultura de seus habitantes, fazendo da história da ocupação da Amazônia brasileira uma série de acontecidos contra a vida e a cultura dos menos favorecidos (CASALDÁLIGA, 2001 Apud MENDES, 2007 p.16).

O processo de ocupação do Estado de Mato Grosso, segue necessidades de integração da região do Centro Oeste, a outras áreas do Brasil, por isso este território é o resultado de um combinado espaço geográfico moldado e que fazem parte do processo de formação econômico-social do país, porém é preciso destacar que a ocupação efetiva desta área já vinha acontecendo desde o século de XVIII (MORENO, 2005)

No mais avançado processo tecnológico em todo mundo, vimos que tais técnicas trouxeram a globalização e hoje no Brasil vê – se a abrangência desse processo cada vez mais na volúpia do interesse capitalista, aumentando o contingente marginalizado.

Durante o governo militar regulamentou – se normas jurídicas que favorecia para apropriação de terra por elites dominantes, originando os latifúndios. Na década de 80 ainda com fortes vestígios de nossa formação política ditatorial, com objetivo de integração nacional e economia sob tutela militar acelera a ocupação na Amazônia.

Com este histórico, também é importante lembrar e refletir o processo de ocupação do Médio Araguaia inserido neste contexto. Sobretudo na Amazônia que a integração já vem acontecendo a muito tempo. As políticas de colonização das ultimas décadas através dos militares passam a demonstrar um processo de ocupação desordenado no que diz respeito ao homem e ao meio ambiente. A colonização por meio da ditadura proporcionou a entrega da Amazônia às elites nacionais e internacionais.

Devido a tais fatos, a região presenciou um intenso processo de expulsão de trabalhadores do campo, sendo que alguns permaneceram nas áreas rurais, envolvendo de em profundos conflitos ou migrando para outras terras.

Ferreira (2001), descreve que a região do Médio Araguaia era habitada por povos indígenas que significava um entrave para o processo de colonização que se inicia com a “Marcha para o Oeste”, realizada no governo Vargas durante os anos 40, efetivando uma forte campanha de incentivo para as empresas de colonização, por meio de concessão de terras, financiados pela Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Profecias do padre Cícero Romão (busca das “bandeiras verdes”) motivava muitas famílias do Nordeste, Maranhão e Piauí a buscarem novas perspectivas de vida ao cruzarem o Araguaia (ISTO É, ed.1696-28/03/2002).

A migração para o Médio Araguaia, acontece por diferentes sujeitos sociais, como latifundiários, empresários, pequenos proprietários que venderam suas terras em seus lugares de origem, a fim de adquirir propriedades extensas e mais baratas na região. Alguns foram ludibriados pensando em adquirir riquezas e melhorias e outros vieram por ser oferecida pelo governo incentivo fiscais para instalação de indústrias.

O estado então proporciona toda estrutura necessária ao “desenvolvimento” dessa região mas nega aos marginalizados o direito á terra.

Picoli (2004), descreve o processo de ocupação da Amazônia dos últimos anos serviu para concentrar a terra, expropriar o homem e seu ambiente e, ao mesmo tempo reproduz dois extremos, um de poucos ricos e outro de muitos pobres. E nesse sentido são necessários alguns questionamentos. Quem são estes itinerantes, Como vivem e qual o seu papel neste mesmo contexto, qual reflexo hoje do processo de colonização dessa região. Sendo assim, é preciso dizer que hoje a realidade dos povos amazônicos em pleno século XXI, é de integração ao mundo econômico globalizado.

Este trabalho tem o intuito de relatar o processo de ocupação dos municípios de Porto Alegre do Norte e Canabrava do Norte, sendo de grande importância pois poderá servir como consulta para outros trabalhos científicos. É uma forma de colaboração para que não perca essa história, e então seja escrita de forma destorcida. Pois este trabalho está baseado em documentos e relatos de pessoas que viveram neste período, digo que tais relatos, foram tirados de documentos nos quais são verdadeiros. Esta história foi presenciada por alguns componentes do grupo embora fossem crianças, mas tais lembranças continuam na memória.

Desejamos somente que cada um de vós demonstre o mesmo ardor em levar até o fim o pleno desenvolvimento da esperança, para não serdes lentos a compreensão, e sim imitadores daquele que, pela fé e perseverança, recebam a herança das promessas (HEBREUS, 6, 11 – 12).

A ocupação do Município de Porto Alegre do Norte

O município de Porto Alegre do Norte situa-se ao nordeste do Estado de Mato Grosso, na região que compreende o Médio Araguaia. Apresenta como municípios limítrofes ao norte Confresa e Santa Terezinha, ao sul Canabrava do Norte, a leste Luciara e a oeste São José do Xingu (FERREIRA, 2001).

Conforme o que se segue, Porto Alegre do Norte possui uma área de 3.932,65km² e uma população de aproximadamente 12.000 habitantes. O município apresenta clima tropical, com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa.

O processo histórico de urbanização de Porto Alegre do Norte inicia – se no término da década de 40 com chegada de Domiciano, Dionel e José Barula, pioneiros da região que trabalhava para o prefeito de Luciara, Sr. Lucio P. Luz. Tais trabalhadores instalaram – se em varjões próximo ao rio Tapirapé. As casas eram

construídas próximo umas das outras por medo de ataques indígenas que eram freqüentes na região (FERREIRA, 2001).

Aos poucos fixaram nas margens do rio mais habitantes. Em 1966 nasce a primeira concentração urbana. As mercadorias eram trazidas em canoas, trafegando o rio Tapirapé. Em 1970, esse povoado já contava com 215 famílias.

No ano corrente, instalam-se no município de Porto Alegre do Norte os proprietários da Agropecuária Nova Amazônia S/A (FRENOVA), com o financiamento da SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), que afirmava ter a propriedade de todas as terras da região e instalar a sede do projeto agropecuário no núcleo urbano (OLIVEIRA, 1987, FERREIRA, 2001). Iniciou-se, a partir daí, grandes disputas pela terra e conflitos que marcaram a vida da população. Os moradores eram diariamente pressionados para desocupar as terras e, muitas vezes, quem reagia era agredido, humilhado e levado à morte.

O povo que desbravara primeiramente a região ficava a margem desse processo e sem apoio do poder público. [...] O posseiro, homem comum, ia ocupando pequenas posses para praticar sua agricultura de subsistência e criar gado. Sem qualquer título de propriedade de terra, eram freqüentemente expulsos por grileiros e pistoleiros a mando daqueles que se diziam donos das terras da região e que apresentavam títulos de propriedade. Verdade seja dita, naquela época praticamente todas as terras deste imenso nordeste mato-grossense eram consideradas pertencentes a esses empreendimentos (PEREIRA, 2008)

Martins (1995), coloca que muitas pessoas na região não conheciam propriedade privada e ficaram assustados quando ali chegaram os “proprietários” da terra, as cercas e a violência, o que causou grande espanto. A propriedade capitalista chega no povoado alegando ser “os ditos donos da terra” e terem comprado os títulos de propriedade “com posseiros e tudo” (OLIVEIRA, 1987).

Os conflitos tornaram-se intensos com a grande pressão que posseiros recebiam para vender benfeitorias e abandonar a terra. Muitos, por medo, deixaram suas propriedades, instalando-se posteriormente em regiões próximas. Outros, por conhecer o direito a posse mantido na Constituição Federal, se negaram a abandoná-la, permanecendo no local até o conflito emergir.

Na verdade o que nós estamos observando, [...], é claramente um conflito de classes. E um conflito em que o posseiro, a parte mais fraca, a parte desarmada leva a pior, porque o poder de destruição de uma massa armada associada à penetração do capital nessas regiões é muito grande (MARTINS, 1995, p.135).

Os posseiros contavam com a ajuda da Prelazia de São Félix do Araguaia, que se fazia presente nos conflitos orientando os moradores a não abandonar a terra. Com a intensificação das lutas, os posseiros de toda região fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luciara, que também auxiliava muito a comunidade, sabendo que quem contribuía instruindo os trabalhadores eram, na maioria das vezes, ameaçados de morte. Muitos eram vítimas de emboscadas homicidas organizadas por pistoleiros da fazenda FRENOVA.



Pedro na missa da criação da Prelazia de São Félix do Araguaia (1970).



Pedro, em 1980, construindo casa.

O sr. Prefeito municipal José Liton da Luz dispõe-se a “ajudar” o povo dizendo ser necessário que cada posseiro contribuísse conforme suas possibilidades para encaminhar a causa a um advogado (Olimpio Jaime). Foi entregue ao prefeito 170 animais e grande soma em dinheiro. Contudo, nenhuma providência foi tomada na defesa dos mesmos, sendo que a cada dia tornava-se mais comum a desapropriação de famílias que viviam no campo (CASALDÁLIGA Apud OLIVEIRA, 1987, p.78).

Em 1988, após a emancipação do povoado, houve um atentado contra a vida do então prefeito de Porto Alegre do Norte, Rodolfo Alexandre Inácio (Cascão) e o posseiro Avelino Pereira Coelho, devido à contribuição que ambos forneciam aos moradores. A perseguição a Cascão não parou por aí. Foram várias vezes jurado de morte, teve sua casa queimada e durante essa emboscada foram atingidos por várias balas e sobreviveram.



Casa do Prefeito de Porto Alegre do Norte
Rodolfo Alexandre Inácio (Cascão).



Casa do Cascão em chamas.



Mutirão para a reconstrução da casa de
Cascão.

O bispo da Prelazia, D. Pedro Casaldáliga e outros religiosos procuravam dar assistência aos feridos, buscavam ajuda de autoridades e tentavam manter com o povo uma união, a fim de desmascarar os oportunistas e traidores, que aconteceria firmando a confiança em Deus na sustentação da caminhada.

Ainda que tenha sido absolutamente inútil eu cantei.
E por alguns instantes entreguei-me ao sonho.
De bombas feitas de rima, de minas feitas de flor.
Cantei por que calar já não podia tanta dor,
E a fé que trago contida divido nesta partida
Com todos os que resistem
E fazem da justiça o seu ofício, seu labor.
Embora nas despedidas
Aflorem ao peito as feridas,

Deixo minha alegria
Aos meus irmãos de esperança
E a outros que nem mesmo sabem quem sou e vou,
Que a minha vida é cantar
A liberdade e o amor (Cícero Ferro de Oliveira).

As famílias que cederam à pressão da companhia eram deixadas sem amparo à mercê da sorte em beira de estradas. Muitos foram sacrificados, enforcados, afogados, mortos enfim. A terra foi lavada com o sangue do povo que sofreu e viveu angustiado por décadas, na esperança de em algum momento gozar de liberdade.



Família desapropriada.

Ferreira (2001), relata que com a implantação de novos projetos agropecuários, o fluxo populacional foi crescente. Instalaram-se no município de Porto Alegre do Norte, trabalhadores para a implementação das fazendas, peões e autônomos, o que altera a realidade local, criando-se uma nova ordem nas relações econômicas, formando-se pequenos comércios.

A posse de terra ainda é motivo de muitos conflitos, no entanto, com novos métodos de ocupação e usurpação da terra. [...] O desemprego e subemprego afeta principalmente os jovens e muita incidência de trabalho escravo. O desenvolvimento da região é considerado pífio. [...] Observamos que a visão de desenvolvimento mais manifestada é aquela que, na fala de prefeitos e políticos vislumbra grandes empreendimentos agropecuários, cultivo de monoculturas, principalmente a soja, que está no mito do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e complexo agroindustriais como CARGIL e BUNGE (PEREIRA, 2008, p.22).

O município ainda apresenta como fonte econômica à pecuária no sistema de cria, recria e corte. Também se destaca a rizicultura entre outras culturas. Porto Alegre do Norte e Canabrava do Norte mantêm grandes plantações de soja, algodão e milho, atividades essas que não significam desenvolvimento para a população local, mas é reflexo da política capitalista que vivemos e vem sendo implantada desde a década de 70 na região.

A preocupação é que nos últimos anos, têm surgido novas frentes de desmatamento na Amazônia legal. Os fatores que explicam a expansão de novas frentes de desmatamento são variados e incluem o avanço da pecuária como uso predominante da terra, a exploração madeireira e garimpagem de madeira, a expansão da soja mecanizada, a grilagem de terras públicas, a abertura de estradas, a criação de assentamentos rurais em lugares isolados e o surgimento de migrações internas, associadas ao fracasso de antigos assentamentos, pobreza urbana e especulação fundiária.

O processo ocupacional do Município de Canabrava do Norte – MT

Canabrava do Norte está localizada ao nordeste do Estado de Mato Grosso, fica a 1.132,5 km da capital Cuiabá. Possui uma extensão territorial de 3494,30 km² (ERREIRA,2001). De acordo com IBGE (2000), apresenta uma população de 5.028 habitantes.

A lei estadual nº5896, de 19 de dezembro de 1991, de autoria do deputado Humberto Bosaipo, criou o município. O histórico do município de Canabrava do Norte, tem muita semelhança, desde a sua ocupação pela família Elias Bento, com o processo de ocupação da Amazônia. O município de Canabrava do Norte foi fundado em 1956, por famílias camponesas oriundas dos Estados de Goiás, Tocantins e Maranhão.

Elias Bento um dos primeiros moradores, juntamente com sua família, saiu do Estado de Goiás em direção à Mato Grosso, atravessando a ilha do bananal, chegando no dia 15 de novembro de 1956, fixando residência na beira do Rio Xavantinho, onde atualmente se situa o Entroncamento de Canabrava do Norte, a 22 km da sede deste município (RAMOS, 2007).

Nesse contexto, para relatar o processo migratório em Canabrava do Norte, inicia-se com a introdução de pessoas advindas do norte e nordeste. O primeiro morador de Canabrava do Norte foi o sr. Elias Bento e sua esposa Vencerlina Pereira

Glória que vieram de Miracema do Norte – GO em 1956, e mais tarde o sr. João Delfino e sua esposa dona Rocha e sr. Manoel Marinho e dona Argemira, ambos de Cristalândia – GO (FERREIRA, 2001).

Nas décadas de 50 e 60 ainda não havia comércio na região e quando havia necessidade de comprar algo, o local mais próximo era Mata Verde, hoje, Luciara. Quando havia um doente, transportava-o através do rio Tapirapé à canoa e levavam mais de seis dias para chegar no rio Araguaia. Geralmente a compra de mercadorias era na troca de bezeros. Nos meses de outubro e novembro, os comerciantes mandavam boiadeiros que iam recebendo o gado dos posseiros. O gado nessa época não tinha preço. Às vezes não havia troca e as pessoas voltavam para casa sem nada.

O núcleo urbano mais próximo de Canabrava do Norte era o povoado de Cedrolândia (atualmente Porto Alegre do Norte), onde havia uma quantidade maior de moradores e já havia ali um campo de aviação, que os próprios moradores organizaram e fizeram com o objetivo de atender casos urgentes, como de doenças.



Moradores do povoado.

Canabrava do Norte também já esteve ligado a problemas indígenas. Nas cabeceiras do rio Xavantinho havia um reduto da tribo Xavante, constituída de 33 casas. A tribo desapareceu quando a fazenda Suiá Missú, na década de 60, retirou todos os índios com ajuda da FAB e dos Salesianos (CASALDÁLIGA Apud OLIVEIRA, 1987, p.72). Além destes, havia nessas terras os povos indígenas Tapirapé (FERREIRA, 2001). Conforme documentos da Prelazia de São Félix do Araguaia, nesse período os moradores tinham muito medo dos índios, nunca houve choque nem

briga entre os mesmos. Os índios, por vezes, matavam gado dos posseiros. Era o aviso para que não se aproximasse de sua aldeia.

Em 1967 começou a comercialização via rio Tapirapé, facilitando a vida dos moradores. Mesmo com as dificuldades local, o processo migratório foi intenso, vindos de Goiás, atravessando a Ilha do Bananal. E, no ano de 1974 e 1975, foi aberta a “Estrada da Integração Pecuária”, a Br. 158, conhecida como “a Betumarco”, facilitando assim a população dessa região.

Como o vilarejo estava “crescendo”, houve a necessidade de uma redistribuição dos lotes e sendo assim, cada morador teria direito a 110 hectares. Essa era a “lei do posseiro”, assim como diziam, é uma forma de reforma agrária feita pelo povo.

Os trabalhadores da terra tinham como objetivo principal trabalhar na terra e defendê-la, no entanto, de diversas maneiras tentavam ludibriar os posseiros e tomar suas terras. Com a chegada dos “tubarões” (fazendeiros que se diziam donos da terra), os conflitos tornaram-se intensos, iniciou-se então a organização do povoado. Houve, então, a criação do Sindicato dos Trabalhadores de Canabrava do Norte – AMPACA, foi uma forma de liderança natural apresentando resultados positivos, como pistoleiros mandados embora e serviços da fazenda e “picaretagem” foram impedidos de continuar.

Eu quero, quero
Quero ouvir a voz do povo
Eu quero ver
Todo povo como irmão.
Eu quero ver todo povo caminhando
Se libertando do medo
Que ele tem do tubarão (Canto Popular).

Os moradores de Canabrava do Norte (distrito de Porto Alegre do Norte), através de cartas, denunciavam as violências cometidas. Em 24 de dezembro de 1988 o povoado estava em festa, quando se depararam com cinco pistoleiros da Fazenda Lago Azul, do proprietário Silson de Queiroz Mendonça, chegaram e logo parou a festa, deram tiros. A polícia tentou manter a ordem, mas não conseguiu.

Aqui na Canabrava, os moradores vêm lutando sempre para ocupar uma área de terra e poder viver criando os filhos, mas infelizmente esse direito de torna difícil (Raimundo Nonato Guimarães - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Diversos soldados acompanhados do Oficial da Justiça chegaram em Canabrava do Norte fortemente armados, forçando as famílias a deixarem as áreas

que ocupavam. Muitos pistoleiros vindos de Cuiabá, davam tiros para cima para assustar os moradores mais próximos. A polícia local não mais conseguia controlar a situação. A população permanecia apavorada. O INCRA de São Félix do Araguaia assegurou que as terras eram livres e que os posseiros poderiam continuar na área trabalhando. Houve festejos para a inauguração do novo patrimônio. Fazendeiros, por sua vez, insatisfeitos com o posicionamento do INCRA, armaram os pistoleiros. A desordem causada por pistoleiros levou muito destes para a prisão em São Félix do Araguaia, contudo, eram soltos facilmente com o auxílio e intervenção dos fazendeiros. Eis a fala de um sindicalizado, “Todos nós moradores de Canabrava do Norte ficamos impressionados vendo uma coisa dessas, mais ainda quando os ditos presos foram vistos na rua” (AMPACA).

Vários posseiros viajavam para a capital na busca de apoio contra as ameaças e agressões, recebendo como respaldo somente promessas em resolver o problema. A Prelazia de São Félix do Araguaia contribuía muito com a população, fornecendo o conhecimento da lei da terra e atuando na organização dos posseiros.

A intervenção da Prelazia era vista como uma ameaça comunista, conseqüentemente, subversiva contra a ordem vigente. Uma ameaça ao modelo de desenvolvimento nacional em curso na região e que era o projeto da ditadura militar (FEREIRA, 2008).

Hercilano P. da Silva, sindicalista, conhecido como Piauí foi morto a tiros em uma emboscada. Outras vezes já teria sido ameaçado de morte por não concordar com tantas imposições e certas arbitrariedades.

Como Piauí, muitos outros foram torturados e mortos. O histórico de ocupação de tais municípios também são relatos de muitos outros no Médio Araguaia, onde muitos perderam sua vida em busca de um chão, de sobrevivência. Por outro lado, muitos outros foram coniventes e financiadores de tal desordem e injustiça, alegando ser em prol do progresso e a vertente principal é o capital.

A abertura da Br.158 possibilitaram a chegada de novos moradores. Decorrentes do aumento populacional foram se instalando o comércio no povoado, facilitando a vida dos moradores. A compra e a venda para a grande maioria das pessoas eram à base da troca, que muitas vezes eram injustas. Muitas vezes, eram explorados e humilhados pelo comerciante que rejeitava os produtos trazidos pelos posseiros, sendo estes, obrigados e retornar ao comércio por ser o único na vila. Com o passar do tempo novos comércios se instalaram.

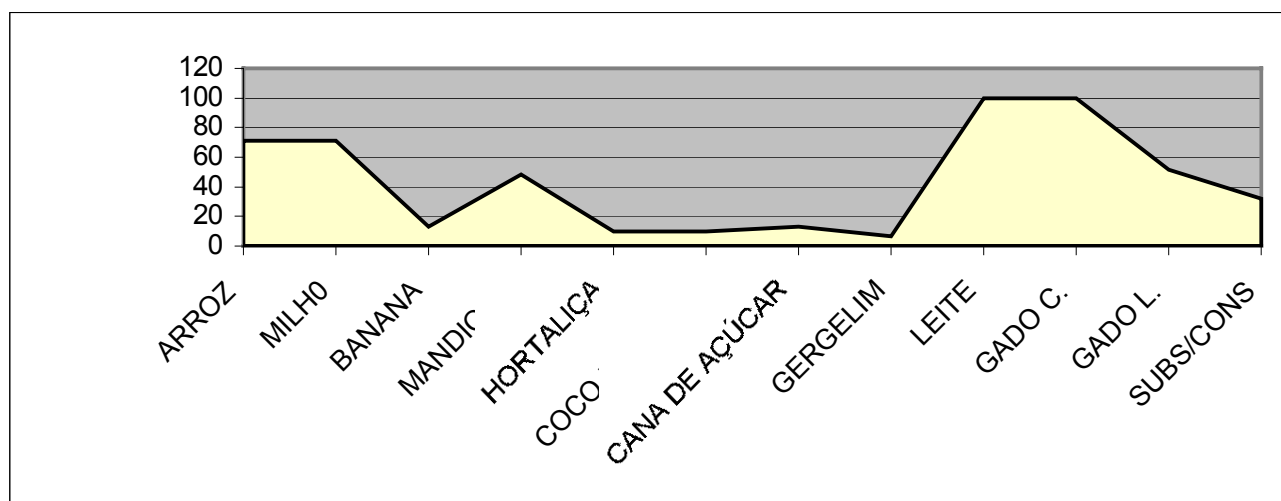


Instalação de comércios mais amplos.

Atualmente o comércio de Canabrava do Norte contribui efetivamente na economia do município. O mesmo conta com um laticínio que embora seja instalado em um local impróprio, é responsável por parte dessa economia, além da produção de soja, milho e girassol.

GRAFICO 01

ATIVIDADES AGRIC/PECUARIA PEQ E MEDIO PRODUTOR



FONTE: INDEA/INSTITUTO DEFESA AGROPECUARIO
E IN LOCUS/ LATICINIO BRAVALAT: Org. BARBOSA, L.C.

Nota-se, através do gráfico, que a atividade econômica mais recente no município de Canabrava do Norte é a pecuária bovina (corte e leiteiro), além de vários tipos de estabelecimentos comerciais e agroindústrias de pequeno porte (RAMOS, 2007).

A presença do latifúndio ainda é muito visível. Atualmente, Canabrava do Norte é o município que tem o maior rebanho bovino da região, tendo muito a oferecer para os munícipes e visitantes.

É pena que o campesinato nessa região ainda é presente. Alguns ainda permanecem omissos, outros sobrevivem para testemunhar essa geração de sonho e sangue que perdura há décadas pelas ruas da cidade. O povo incessantemente agradece a Deus pelo fato de nenhum pistoleiro ter conseguido acabar com a vida de dom Pedro. Suas marcas ficaram impregnadas na alma de várias gerações e na história de outros municípios. Uma frase escrita no muro em São Félix resume o sentido de sua missão: “Fazer do povo submisso um povo impaciente. Fundir os muitos córregos numa torrente.”

Considerações Finais

A conquista dos municípios de Porto Alegre do Norte e Canabrava do Norte foram marcadas por lutas e violências. O povo contava com a ajuda da Prelazia de São Félix do Araguaia, que se fez presente no período de fortes conflitos.

Hoje, parte da economia produzida nesses municípios, tem uma contrapartida significativamente positiva por parte dos pequenos produtores. A importância em se manter tais trabalhadores na terra é notável, pois sem o seu trabalho, haveria uma queda na economia dos municípios.

Os conflitos nesses locais continuam. São trabalhadores que lutam para ter um pedaço de terra para viver. Em Canabrava do Norte há, atualmente, 85 famílias que lutam pela posse de terra, sendo que muitas estão abandonadas e pertencem a união. Porto Alegre do Norte conta com cerca de 75 famílias que estão nessa mesma luta. Percebe-se então, um sistema capitalista injusto e cruel, por um lado barra o acesso dos pobres a terra e por outro submete os trabalhadores rurais a um regime de maus tratos, negando-lhes direitos mínimos garantidos na Constituição Federal.

A violência contínua impregnada nessas comunidades. De acordo com os dados da CPT, em Porto Alegre do Norte existem 8 pessoas que estão ameaçadas de morte. As ameaças continuam, as vidas torna-se quase insuportável devido a tais problemas que nunca deixarão de fazer parte da vida de quem os presenciou. São pessoas que podem ser consideradas como “heróis e heroínas”, pois não desistem do sonho de conseguir permanecer em suas terras. Vale lembrar que a ajuda por parte da Prelazia

continua em defesa dos menos favorecidos. Tal auxílio se faz a cada dia mais necessário, pois muitos ainda desconhecem seus direitos. O esforço e toda luta dos trabalhadores não pode cair no esquecimento, mas sim impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Referências Bibliográficas

- ABRA A PORTA: *Cartilha do povo de Deus*, 9ª edição. Editora Paulinas – São Paulo, 1985
- BELTÃO, Jimena Felipe. *Ciências e Tecnologia: Desafio Amazônico*. Editora Universitária – Belém –PA, 1992.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a Marginalização Social*. Mimeografado. São Félix do Araguaia, 1971.
- CRUZ, Eliene Alves. *O Processo da ocupação do Espaço Urbano da Vila Progresso na Cidade de Porto Alegre do Norte*. Luciara –UNEMAT, 2002.
- CPT, *Conflitos no Campo*. Brasil, 2007 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2007.
- , *A Luta Pela Terra*, a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. Goiânia, Paulus, 1997.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo. Editora Contexto, 2001.
- INÁCIO, Rodolfo Cascão. *Democratização do Poder Local, Uma Experiência no Araguaia*. Rio de Janeiro. FASE, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Editora Vozes, 5º ed. – 1995, Rio de Janeiro.
- , *O Cativo da Terra*. Editora Hucitec. São Paulo, 6º ed. – 1996.
- , *Caminhada no Chão da Noite, Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- , *Não há Terra Para Plantar Nesse Verão. O Cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo*. 2º ed. Petrópolis – RJ, Vozes, 1988.

- MENDES, Gilvânia Pereira. *Diagnóstico Ambiental dos Pequenos Produtores Rurais em relação as suas Áreas de Mata no Projeto de Assentamento Manah no município de Canabrava do Norte – MT*. Luciara – UNEMAT, 2007.
- MORENO, Gislaiane; HIGA, Tereza Cristina Souza - *Geografia de Mato Grosso - Cuiabá*. Editora Estrelinhas, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflito*. Campinas – SP. Editora Papirus, 1987.
- PEREIRA, Jorge Nascimento. *Cultura, Identidade e Educação, Em Uma Área de Expansão Agropecuária: Um Município da Região Norte Araguaia - MT*. Água Boa – UFMT, 2008
- PICOLI, Fiorelo. *Amazônia: O Silêncio das Árvores*. Sinop Editora Fiorelo, 2004.
- RIBEIRO, Iselda Correa. *Sesmeiros – Cuiabá*: Editora Edu FMT, 1998. SANTOS, Eva Sandra Lima et alii. *Diagnóstico da Situação dos Meios Naturais do Córrego Canabrava, da Nascente e da Área Urbana no Município de Canabrava do Norte – Luciara*: UNEMAT, 2004.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. *Cartas e Documentários [1981;1986;1987;1988]* Luciara – MT.